

|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

TIPO: MENOR PREÇO/MENOR LANCE

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/02/2018.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 10:00 horas (Horário de Brasília)

LOCAL: **[Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)** (www.comprasgovernamentais.gov.br)

ÍNDICE

[1 – Do Objeto e Valor Estimado 4](#_Toc505004545)

[2 – Do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes 5](#_Toc505004546)

[3 – Da Participação no pregão 5](#_Toc505004547)

[Da Ampla Concorrência 6](#_Toc505004548)

[4 – Do Credenciamento 7](#_Toc505004549)

[5 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO 7](#_Toc505004550)

[6 – Do Envio da Proposta 8](#_Toc505004551)

[Das Declarações 9](#_Toc505004552)

[7 – Da Sessão Pública 9](#_Toc505004553)

[8 – Da Divulgação das Propostas de Preços 10](#_Toc505004554)

[9 – Da Aceitação da Proposta para a Fase de Lances 10](#_Toc505004555)

[Das Amostras e Catálogos 10](#_Toc505004556)

[10 – Da Formulação dos Lances 11](#_Toc505004557)

[Dos Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno 12](#_Toc505004558)

[11 – Do Julgamento das Propostas de Preços 13](#_Toc505004559)

[12 – Da Habilitação 13](#_Toc505004560)

[Disposições Gerais 14](#_Toc505004561)

[Da Responsabilidade Técnico-Profissional 15](#_Toc505004562)

[Do vínculo entre a empresa e integrantes 15](#_Toc505004563)

[Da Matriz, Filial ou Oficina própria 15](#_Toc505004564)

[13 – Dos Recursos Administrativos 15](#_Toc505004565)

[14 – Da Adjudicação e da Homologação 16](#_Toc505004566)

[15 – Da Adesão à Ata de Registro de Preços 17](#_Toc505004567)

[16 – Da Formalização da Ata 17](#_Toc505004568)

[17 – Da Formação do Cadastro de Reserva 18](#_Toc505004569)

[18 – Da Celebração do Contrato 19](#_Toc505004570)

[19 – Do Reajuste 19](#_Toc505004571)

[20 – Da Entrega, Do Recebimento e Da Fiscalização 19](#_Toc505004572)

[21 – Das Obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA 19](#_Toc505004573)

[22 – Das Sanções 19](#_Toc505004574)

[23 – Das Disposições Gerais 19](#_Toc505004575)

[24 – Das Partes Integrantes 20](#_Toc505004576)

[Anexo I - Termo de Referência 21](#_Toc505004577)

[1 – Do Objeto e Valor Estimado 21](#_Toc505004578)

[2 – Das Justificativas 21](#_Toc505004579)

[Da Demanda 21](#_Toc505004580)

[Do Sistema de Registro de Preços 21](#_Toc505004581)

[Dos Lotes/Grupos 21](#_Toc505004582)

[Da Necessidade de Matriz, filial ou Oficina 22](#_Toc505004583)

[Da Vedação da Participação de Consórcio 22](#_Toc505004584)

[Da Ampla Concorrência 23](#_Toc505004585)

[3 – Do Objetivo 23](#_Toc505004586)

[4 – Da Prévia Vistoria Técnica 23](#_Toc505004587)

[5 – Das especificações Técnicas 23](#_Toc505004588)

[6 – Da Execução dos Serviços 24](#_Toc505004589)

[Dos Locais 24](#_Toc505004590)

[Do horário 24](#_Toc505004591)

[Disposições gerais 24](#_Toc505004592)

[Do refazimento dos Serviços 25](#_Toc505004593)

[7 – Da Entrega e do Recebimento 25](#_Toc505004594)

[Do Recebimento Provisório 25](#_Toc505004595)

[Do Recebimento Definitivo 25](#_Toc505004596)

[8 – Do Resultado Esperado 26](#_Toc505004597)

[9 – Da Fiscalização e Controle 26](#_Toc505004598)

[10 – Das Condições de Pagamento 27](#_Toc505004599)

[11 – Dos Juros Moratórios 28](#_Toc505004600)

[12– Das Obrigações da CONTRATANTE 28](#_Toc505004601)

[13 – Das Obrigações da CONTRATADA 29](#_Toc505004602)

[14 – Sanções Administrativas 31](#_Toc505004603)

[15 – Da Celebração do Contrato 32](#_Toc505004604)

[Da exigência de matriz, filial ou oficina própria 33](#_Toc505004605)

[16 – Da Aprovação e Autorização 33](#_Toc505004606)

[Anexo II – Ata de Registro de Preços 34](#_Toc505004607)

[1 – Da Vigência 34](#_Toc505004608)

[2 – Do Registro de Preços 34](#_Toc505004609)

[3 – Das Condições de Fornecimento 35](#_Toc505004610)

[4 – Controle e Revisão de Preços 36](#_Toc505004611)

[5 – Da Contratação 36](#_Toc505004612)

[6 – Da Formalização da Contratação 37](#_Toc505004613)

[7 – Do Cancelamento do Registro de Preços 37](#_Toc505004614)

[8 – Do Remanejamento 38](#_Toc505004615)

[9 – Das Partes Integrantes 38](#_Toc505004616)

[10 – Do Foro 39](#_Toc505004617)

[Anexo III - Minuta do Contrato 40](#_Toc505004618)

[Cláusula 1ª – Do Objeto do Contrato 40](#_Toc505004619)

[Cláusula 2ª – Do Valor do Contrato 40](#_Toc505004620)

[Cláusula 3ª – Da Dotação Orçamentária 41](#_Toc505004621)

[Cláusula 4ª – Das Condições de Pagamento 41](#_Toc505004622)

[Cláusula 5ª – Dos Juros Moratórios 41](#_Toc505004623)

[Cláusula 6ª – Da Vigência do Contrato 41](#_Toc505004624)

[Cláusula 7ª – Da Prorrogação do Contrato 41](#_Toc505004625)

[Cláusula 8ª – Da Revisão dos Preços 41](#_Toc505004626)

[Cláusula 9ª – Do Reajuste dos Preços 41](#_Toc505004627)

[Cláusula 10ª – Dos Acréscimos e Supressões 42](#_Toc505004628)

[Cláusula 11 – Da Execução Dos Serviços 42](#_Toc505004629)

[Cláusula 12 – Da Garantia e Assistência Técnica 42](#_Toc505004630)

[Cláusula 13 – Da Entrega e do Recebimento 42](#_Toc505004631)

[Cláusula 14 – Do Resultado Esperado 42](#_Toc505004632)

[Cláusula 15 – Da Fiscalização e Controle 42](#_Toc505004633)

[Cláusula 16 – Das Obrigações da CONTRATANTE 42](#_Toc505004634)

[Cláusula 17 – Das Obrigações da CONTRATADA 43](#_Toc505004635)

[Cláusula 18 – Das Sanções Administrativas 43](#_Toc505004636)

[Cláusula 19 – Da Inexecução e Rescisão do Contrato 43](#_Toc505004637)

[Cláusula 20 – Da Vinculação ao Edital 43](#_Toc505004638)

[Cláusula 21 – Da Manutenção de Habilitação 43](#_Toc505004639)

[Cláusula 22 – Da Publicação 43](#_Toc505004640)

[Cláusula 23 – Das Partes Integrantes 43](#_Toc505004641)

[Cláusula 24 – Do Foro 44](#_Toc505004642)

[Anexo IV – Relatório de Itens do Objeto Licitados 45](#_Toc505004643)



|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN**, **CNPJ: 24.365.710/0001-83**, torna público que, por intermédio de seu pregoeiro, designado pela **Portaria nº 38/2017-PROAD, de 21 de março de 2017**, e sua equipe de apoio, designada pela **Portaria nº 004/2018-PROAD, de 25 de janeiro de 2018**, promoverá licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, por **ITEM/LOTE**, com a finalidade selecionar a melhor proposta para o seu objeto, definido logo abaixo, observando os preceitos de direito público e, em especial, os termos da Lei nos [10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm), Lei Complementar [nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), dos Decretos nos [3.555/2000](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm), [5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), [7.203/2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7203.htm), [7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), e [8.538/2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm), e legislações correlatas, as **Instruções Normativas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –** [SLTI/MPOG](http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/secretaria-de-logistica-e-tecnologia-da-informacao), no [02/2008](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in02_30042008.htm), aplicando-se subsidiariamente a [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm), e suas atualizações, bem como as condições estabelecidas neste edital e respectivos anexos, em conformidade com a autorização contida no respectivo processo administrativo.

# 1 – Do Objeto e Valor Estimado

1. Disposições relativas ao Objeto e Valor Estimado.
	1. **Descrição do objeto:** **contratação de empresa especializada nos serviços de Poda e supressão de árvore, extração de tocos de árvores, fornecimento e plantio de grama e capinagem, com fornecimento de material,**  conforme especificações detalhadas no edital e seus anexos, para atender demandas da UFRN pelo período de 12 (doze) meses.
	2. **Valor estimado: R$ 683.345,50 (seiscentos e oitenta e três mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)**.
		1. **A estimativa servirá apenas de subsídio para que a licitante formule sua proposta, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso entre a licitante e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.**

# 2 – Do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes

1. Das disposições relativas ao órgão gerenciador e órgãos participantes.
	1. O órgão gerenciador será a UFRN e não haverá outros órgãos participantes.

# 3 – Da Participação no pregão

1. Disposições relativas às Condições de Participação.
	1. Poderá participar do presente pregão somente a empresa:
2. que estiver previamente credenciada no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** – [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/) e perante o sistema eletrônico provido pela [SLTI-MPOG](http://www.planejamento.gov.br/), por meio do [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/);
3. cujo estatuto ou contrato social inclua o objeto do presente pregão;
4. que atenda às condições estabelecidas neste edital e apresente os documentos nele exigidos, em original ou qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofícios competente ou por servidor público lotado no **Setor de Licitações – SELIC** da UFRN, à vista dos originais.
	* 1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a empresa participar da modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica, bem como na Cotação Eletrônica ([IN nº 2/2010 da SLTI-MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=672), art. 11, *caput*). ([IN nº 2/2010 da SLTI-MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=672), art. 11)
		2. O cadastro no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/) poderá ser iniciado no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) e abrange os seguintes níveis: I. credenciamento; II. habilitação jurídica; III. regularidade fiscal federal e trabalhista; IV. regularidade fiscal estadual/municipal; V. qualificação técnica; e VI. qualificação econômico-financeira. ([IN nº 2/2010 da SLTI-MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=672), art. 8º)
		3. O cadastramento no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/) poderá ser realizado pela interessada em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – [SISG](http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/compras-governamentais/sistema-integrado-de-administracao-de-servicos-gerais-2013-siasg).
		4. A empresa não cadastrada, interessada participar do presente pregão, deverá providenciar o seu cadastramento no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), apresentando a documentação a que se refere a [IN nº 02/2010 da SLTI/MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=672), **até o 3° (terceiro) dia útil anterior à data marcada para recebimento das propostas** ([Parágrafo Único, do art. 3º do Dec. n° 3.722/2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3722.htm%22%20%5Cl%20%22art3)).
		5. A revalidação/atualização de documentos poderá ser feita até **1 (um) dia útil antes da data marcada para recebimento das propostas**.
		6. No caso de inscrição no cadastro, porém ainda não constante do [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), a licitante interessada deverá comprovar, na sessão do pregão, o cumprimento desta exigência a fim de ser considerado habilitado neste quesito. Ressalta-se, porém, que a contratação somente se efetivará no caso de o cadastramento ser efetivado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – [MPOG](http://www.planejamento.gov.br/), através de publicação no **Diário Oficial da União** – [DOU](http://portal.imprensanacional.gov.br/) e registro no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/);
		7. No caso de atualização/revalidação cadastral, porém ainda não constante do [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), a licitante deverá apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.
		8. O ramo de negócio da empresa será comprovado mediante consulta no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/).
		9. Poderá ser solicitada à licitante cópia do contrato social devidamente autenticada em cartório, a fim de diligenciar o ramo de negócio de sua empresa.
	1. Não poderão participar desta licitação as empresas que:
5. tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
6. tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitação e celebrar contratos com esta Instituição, nos termos do [art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art87iii);
7. estejam legalmente impedidas de participar de licitação e celebrar contratos com a Administração Pública Federal, nos termos do [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm%22%20%5Cl%20%22art7), por força de ato da autoridade superior;
8. concordatárias ou em processo de falência, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
9. tenham sido constituídas com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do subitem 9.5.3 do **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 495/2013 – Plenário**;
10. estejam proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do [art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/1998](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9605.htm%22%20%5Cl%20%22art72%C2%A78);
11. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
12. sejam sociedades empresárias estrangeiras e que não funcionem no país;
13. tenham seu contrato social não pertinente ou compatível com o objeto deste pregão;
14. possuam débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ([Inciso V do art. 29, da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art29v)), com redação dada pela [Lei nº 12.440/2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm);
15. possuam em seu quadro societário servidor ou dirigente vinculado à instituição CONTRATANTE ou pessoa que, ainda que não tenha vínculo, seja responsável pela promoção deste pregão; e também com pessoas que mantenham vínculo familiar com o servidor, o dirigente ou a pessoa responsável anteriormente mencionados, conforme recomendações insertas no [Dec. nº 7.203/2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7203.htm) e **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 2599/2011 – Plenário**, publicado no DOU em 28/09/2011;
16. estejam atuando na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, porquanto tal agir implica ofensa à [Lei n. 9.790/1999](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm), nos termos do **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 746/2014 – Plenário**, publicado no DOU em 03/04/2014.
	1. A participação no presente pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 21, § 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art21))
	2. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do presente edital ([Dec. nº 5.450/2005, art. 21, § 2º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art21)).
	3. Caberá à licitante:
17. responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ([SLTI-MPOG](http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/slti/secretaria-de-logistica-e-tecnologia-da-informacao-slti)) ou ao órgão promotor da licitação (UFRN) responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros; ([Dec. n° 5.450/2005, art. 13, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art13));
18. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. ([Dec. n° 5.450/2005, art. 13, IV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art13)).

## Da Ampla Concorrência

* 1. A concorrência neste pregão será ampla, não havendo exclusividade para as empresas de pequeno porte ou microempresas, conforme justificado no termo de referência, anexo do presente edital.

# 4 – Do Credenciamento

1. Disposições relativas ao credenciamento da licitante.
	1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico – [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), conforme [Dec. n° 5.450/2005, art. 3°, § 1°](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art3).
		1. A empresa obterá a chave de identificação e senha pessoal junto à [SLTI/MPOG](http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/slti/secretaria-de-logistica-e-tecnologia-da-informacao-slti), onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização do sistema.
	2. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor deste sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e as licitantes que irão participar do pregão eletrônico.
		1. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
		2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica ([Art. 3°, § 6°, do Dec. n° 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art3)).
	3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao **Setor de Licitações – SELIC** da UFRN (promotora da licitação) responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros ([Art.3º, § 5º, do Dec. n° 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art3)).

# 5 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

1. Disposições relativas à Impugnação do Ato Convocatório.
	1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, **até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública,** conforme o artigo 18 do Dec. nº [5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), através do e-mail do **Setor de Licitações** – **SELIC**: cpl@dmp.ufrn.br.
		1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do presente edital, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas** ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 18, § 1º).
		2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 18, § 2º).
	2. Os pedidos de esclarecimentos ou providências referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente através do e-mail [cpl@dmp.ufrn.br](file:///C%3A%5C%5CSergio%5C%5CTRANSPORTE%5C%5CEditais%5C%5CEditais_feitos%5C%5CEdital%20Pregao%2016%202015%20SRP%20Aqu%20de%20cart%20de%20tinta%20e%20toner%20e%20outros%20suprimentos%20para%20imp%5C%5Ccpl%40dmp.ufrn.br), conforme disposto no art. 19 do [Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm).
	3. **Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas através do telefone (84) 3342-2274, ramais 115 e 129.**
	4. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não apontar suas falhas ou irregularidades, supostamente existentes, **até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data de realização do pregão**. A comunicação intempestiva do suposto vício não suspenderá o curso do certame.
	5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, pelo menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

# 6 – Do Envio da Proposta

1. Disposições relativas à Proposta de Preços.
	1. Após a divulgação do presente edital no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1), a licitante deverá encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, **até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, será automaticamente encerrada a fase de recebimento de propostas. ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 21, *caput*)
		1. O sistema eletrônico a que se refere o item anterior é provido pela SLTI-MPOG e pode ser acessado através do [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1).
	2. **Até a abertura da sessão pública**, a licitante poderá **retirar** ou **substituir** a proposta anteriormente encaminhada ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art21%C2%A74%C2%BA), art. 21, § 4º).
	3. No cadastramento e envio da proposta, a licitante deverá observar obrigatoriamente o seguinte:
2. a proposta deverá ser apresentada em formulário próprio do sistema, devendo ser indicado o valor unitário do item do objeto ofertado e o valor total proposto, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. [43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art43), em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando as quantidades constantes do ***Relatório de Itens do Objeto Licitados*** anexo do presente edital;
3. todos os valores, preços e custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. ([Lei nº 8.666/933, art. 5º,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art5) *[caput](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art5)*)
4. verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do presente edital e com os preços correntes no mercado. ([Lei nº 8.666/933, art. 43, IV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art43))
5. qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no presente edital e respectivos anexos;
6. descrição detalhada de cada item do objeto do presente pregão, de forma a constar sua especificação completa, conforme Comunicado nº 049443 da SLTI/MPOG;
7. descrição de cada item do objeto, observando as exigências constantes do ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***;
8. o preço ofertado de cada item de do objeto do presente pregão deverá contemplar todos os insumos necessários à sua consecução;
9. prazo de validade da proposta **não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação em sessão pública**;
10. prazo de execução dos itens do objeto do presente pregão informado pela licitante **não superior** ao prazo determinado no ***Termo de Referência***;
11. a apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas no presente edital e respectivos anexos;
12. a inobservância do preenchimento correto das especificações de determinado item do objeto licitado implicará a desclassificação da proposta em relação a este item;
13. quando houver itens de objeto licitado **não** associados a Lote/Grupo, no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, será facultado à licitante cotar todos eles, ou alguns, ou somente (1) um *deles*;
14. quando houver itens do objeto licitado associados a Lote/Grupo, no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, a licitante terá obrigatoriamente de cotar todos os itens do objeto associados a Lote/Grupo, pois, neste caso, a ausência de cotação de qualquer *item do objeto* implicará a desclassificação da proposta em relação ao respectivo Lote/Grupo;
15. quando houver Lote/Grupo, o próprio sistema considerará a totalização dos valores cotados para os itens do objeto licitado associados Lote/Grupo;
16. será desclassificada a proposta que não atender às exigências do presente edital, for omissa ou apresentar irregularidades insanáveis;
17. a necessidade de especificar o prazo de garantia do item do objeto ofertado, de acordo com o mínimo exigido no presente edital e seus anexos.
	1. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
	2. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
	3. Durante a fase de encaminhamento de propostas, a licitante poderá incluir ou excluir propostas.

## Das Declarações

* 1. A licitante deverá apresentar em campo próprio do sistema, no momento da elaboração e envio da proposta eletrônica, as seguintes declarações:
1. declaração de **inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação**, em cumprimento à exigência contida no § 2º do art. 32 da [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm);
2. declaração de **elaboração independente de proposta**, consoante determinação contida na [IN nº 02/2009-SLTI/MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=265), conforme sugere o modelo constante no Anexo I da referida instrução normativa;
3. declaração de **ciência e concordância** com todas as condições contidas no edital e respectivos anexos;
4. declaração de que **não ultrapassou o limite de faturamento** e cumpriu os requisitos estabelecidos no art. 3º da [LC 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42º ao 49º da referida Lei Complementar (**apenas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**);
5. declaração de que não emprega **menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem **menores de 16 (dezesseis) anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, **a partir dos 14 (quatorze) anos.** ([Lei n° 9.854/1999](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9854.htm));
6. declaração de que não possui em cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no [inciso III do art. 5ª da CF/1988](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm%22%20%5Cl%20%22art5).
	1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no [Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm). ([art. 21, § 3º deste decreto](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art21)).

# 7 – Da Sessão Pública

1. Disposições relativas à Sessão Pública.
	1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, via sistema eletrônico provido pela [SLTI-MPOG](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1), através do [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/).
	2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do referido sistema eletrônico.

# 8 – Da Divulgação das Propostas de Preços

1. Disposições relativas às Propostas de Preços.
	1. A partir da data e hora mencionadas no presente edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha ([Dec. n° 5.450/2005, art. 22,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art22) *[caput](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art22)*), com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

# 9 – Da Aceitação da Proposta para a Fase de Lances

1. Disposições relativas à Aceitação da Proposta para a Fase Lances.
	1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente edital e respectivos anexos ([Dec. n° 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 22, § 2º), sobretudo em relação à execução do objeto deste pregão.
	2. Quando houver Lote/Grupo, tornar-se-á obrigatória a cotação para todos os itens a ele associados. A ausência de cotação de qualquer associado implicará a desclassificação da proposta no que se refere ao respectivo Lote/Grupo.
	3. É de preenchimento obrigatório o campo “descrição detalhada do objeto ofertado”; a inobservância desta obrigação implicará a desclassificação do item da proposta.
	4. Também serão desclassificadas as propostas que forem omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.
	5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes ([Dec. n° 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 22, § 3º).
	6. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance. ([Dec. n° 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 23).
	7. As propostas que atenderem a todas as exigências do edital e respectivos anexos serão classificadas para a etapa de oferta de lances.

## Das Amostras e Catálogos

* 1. Com vistas a definir-se sobre a aquisição dos itens do objeto ofertados pela licitante, em relação à qualidade e compatibilidade com as especificações exigidas no Relatório de Itens do Objeto Licitados anexo do presente edital, o pregoeiro, **caso julgue necessário**, poderá solicitar que a empresa classificada em primeiro lugar apresente **amostra** do item do objeto no prazo de **3 (três) dias úteis** e/ou envie **catálogo** no prazo de **1 (um) dia útil**, contados estes prazos a partir de sua solicitação. A documentação e planilha detalhada, caso tenha havido a exigência de juntá-las à proposta, deverão ser apresentadas também no prazo de 1 (um) dia útil a partir da solicitação do pregoeiro.
		1. Realizar-se-á análise da amostra, catálogo, documentação e planilha detalhada, para fins de avaliação técnica e, caso o item do objeto esteja fora das especificações exigidas, a licitante classificada em primeiro lugar será desclassificada, repetindo-se este procedimento com a licitante segunda melhor colocada, e assim sucessivamente.
	2. Se a licitante constatar que os prazos para apresentação de amostras, catálogos, documentos e planilhas detalhadas não são suficientes, deverá solicitar prorrogação, por escrito, expondo os motivos de seu pedido, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a concessão da prorrogação, podendo conceder apenas uma única prorrogação cujo prazo não poderá ultrapassar o prazo inicial estabelecido para a apresentação.
		1. As amostras aprovadas ficarão sob a responsabilidade da UFRN, enquanto permanecer vigente a Ata de Registro de Preços anexo do presente edital ou, se houver, o Contrato. Findo este prazo, a licitante deverá providenciar a retirada integral do material em até 30 (trinta) dias úteis.
	3. As amostras reprovadas deverão ser retiradas no prédio do Setor de Licitações em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de publicação do resultado final da licitação no Diário Oficial da União.
	4. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelas amostras não recolhidas pelos licitantes depois de vencidos os prazos concedidos para retirada, caso em que, dependendo do estado de conservação do bem, a Unidade requisitante opinará pelo aproveitamento ou descarte do material.

# 10 – Da Formulação dos Lances

1. Disposições relativas à Formulação de Lances.
	1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, *caput*). A licitante será imediatamente informada do recebimento dos seus lances, ou seja, do horário e valor consignados no registro de cada lance ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 1º).
	2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos (que deverão ser inseridos com base no menor preço por item), observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no presente edital.
		1. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
		2. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir justificadamente lances cujos valores sejam manifestamente inexequíveis.
		3. Quando houver, no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, itens do objeto associados a Lote/Grupo, observar-se-á o seguinte:
2. embora a classificação final seja feita pelo valor global do Lote/Grupo, a disputa dar-se-á por item e, a cada lance ofertado para um item, o sistema atualizará de forma automática o valor global do Lote/Grupo ao qual ele pertence, sagrando-se vencedor a licitante que ofertar o menor valor global do Lote/Grupo;
3. o sistema eletrônico considerará a totalização dos valores cotados para os itens agrupados no lote;
4. a desclassificação de um único item do Lote/Grupo implicará a desclassificação da proposta para o Lote/Grupo ao qual ele pertence, ou seja, a proposta para Lote/Grupo somente será aceita se atender aos requisitos para todos itens a ele associados.
	1. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 3º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm)).
	2. **Não** serão aceitos **2 (dois) ou mais lances iguais**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 4º).
	3. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, ***vedada*** a identificação da licitante ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 5º).
	4. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 10).
		1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
		2. Quando a **desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 11).
	5. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro ([Dec. nº 5.450/2005](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm), art. 24, § 6º). O sistema eletrônico encaminhará AVISO de fechamento iminente dos lances, **após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances** ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 7º).
	6. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do presente edital ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 25, *caput*).
		1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificado ([Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), art. 10, *caput*). A apresentação destas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificado ([Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), art. 10, Parágrafo único).
		2. Após o **encerramento** da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no presente edital e respectivos anexos ([Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), art. 24, § 8º).
		3. A **negociação** será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes ([Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm), art. 24, § 9º).

## Dos Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno

* 1. Será assegurada nesta licitação, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a [LC nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm).
		1. O ***empate real*** acontece quando mais de uma proposta apresenta o mesmo valor.
		2. Na modalidade pregão, leva-se em conta o ***empate ficto***, que são aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **microempresas – ME** e **empresas de pequeno porte – EPP** podem ser **até 5% (cinco por cento) superiores** à proposta mais bem classificada de empresas de médio ou grande porte ([LC nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), art. 44).
	2. Sempre que ocorrer ***empate real*** entre propostas de **ME** e **EPP** e não houver lances, permanecendo empatadas em primeiro lugar, o sistema eletrônico procederá, de forma automática, ao sorteio, encaminhando imediatamente mensagem, via *Chat*, identificando o fornecedor sorteado pelo seu **CNPJ** e denominação. Esse procedimento não altera em nada o ***empate ficto***, quando as **ME** e **EPP** poderão enviar último lance para o desempatar com as propostas e lances das empresas de médio e grande porte.
	3. Após a fase de lances, o sistema eletrônico identificará em coluna própria e por ordem de classificação das propostas das **ME** e **EPP** participantes, comparando os respectivos valores com os valores da proposta primeira colocada da empresa de médio ou grande porte.
	4. Após a fase de lances, quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por ME ou EPP ([LC nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), art. 45, § 2º) e ocorrer o ***empate ficto***, proceder-se-á da seguinte forma:
1. a ME ou EPP *mais bem classificada* poderá, **no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico**, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
2. não sendo CONTRATADA a **ME** ou **EPP**, na forma do inciso I, o sistema eletrônico, de forma automática, convocará as **ME** e **EPP** remanescentes que se enquadrem no ***empate ficto***, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP, conforme o inciso II, o sistema eletrônico fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
4. a convocada que **não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da [LC nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm);
5. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

# 11 – Do Julgamento das Propostas de Preços

1. Disposições relativas ao Julgamento das Propostas de Preços.
	1. O pregoeiro decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos de acordo com o valor total de cada item do ***Relatório de Itens do Objeto Licitados*** e, se houver formação de lote, de acordo com o valor total dos itens que o integram.
		1. Quando solicitado pelo pregoeiro, a licitante deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta.
		2. No caso de lote, se houver algum, o pregoeiro abri-lo-á, procedendo à análise da proposta para os respectivos itens. **A desclassificação da proposta para pelo menos um item do lote implicará a desclassificação da proposta para todo o lote**, ou seja, quando houver lotes, a proposta somente será aceita se atender a todos os seus itens.
	2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.
	3. Se a proposta e lance de menor preço não forem aceitáveis, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao critério de menor preço por item, ou lote, se for o caso, e ao edital como um todo, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro.
	4. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
	5. Nesta fase, também é de suma importância que os licitantes permaneçam conectados para facilitar a negociação, quando necessário, conforme o [art. 24, § 8º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art24) e [art. 13, IV do Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art13).
	6. Da sessão do pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas eletrônicas apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.
	7. Ao final da sessão, inexistindo a interposição de recursos, será realizada pelo pregoeiro a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora do certame. O processo, devidamente instruído, será encaminhado ao ordenador de despesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para homologação e contratação.

# 12 – Da Habilitação

1. Disposições relativas à habilitação.

## Disposições Gerais

* 1. A habilitação da licitante vencedora deverá ser verificada *online* no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), após a análise e julgamento da Proposta de Preço.
	2. Durante a fase de habilitação, e somente após solicitação do pregoeiro, a licitante vencedora deverá apresentar documentos que comprovem possuir sua empresa **patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação daqueles itens que ela irá fornecer**. Tal documentação será exigida somente no caso de a empresa apresentar **resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer um dos seguintes índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral**, os quais serão calculados e informados no nível VI do [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/);
	3. A licitante deverá estar habilitada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), nos termos do art. 8º (níveis I, II, III, IV e VI) da [IN SLTI/MPOG nº 02/2010](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-11-de-outubro-de-2010), situação esta que será verificada mediante consulta *online* junto àquele sistema, durante a fase de habilitação ([Dec. 3.722/2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3722.htm)) ou apresentar a documentação na forma do [Inciso XIII do art. 4° da Lei n° 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm%22%20%5Cl%20%22art4).
		1. Após consulta ao [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), o pregoeiro, constatando qualquer irregularidade, poderá solicitar durante a sessão pública de habilitação a apresentação de certidões negativas atualizadas, bem como consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme disposto no [Art. 25, § 4º do Dec. nº 5.450/2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm%22%20%5Cl%20%22art25).
	4. As **microempresas – MP** e **empresas de pequeno porte – EPP** definidas respectivamente nos incisos I e II do art. 3°, da [LC n°123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição ([LC n° 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), art. 43).
		1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período,** a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([LC n° 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), art. 43, § 1°).
		2. Para as **microempresas – ME** e **empresas de pequeno porte** – **EPP** que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm), sendo **facultado** à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a **assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou Contrato**, ou revogar a licitação ([LC n° 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), art. 43 § 2°).
	5. Os documentos necessários à habilitação, que não estejam disponíveis no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/) ou no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), poderão ser apresentados presencialmente no prédio do **Setor de Licitações – SELIC**, em original, ou cópia autenticada por cartório competente, ou proveniente de publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples acompanhadas dos originais para conferência pelo pregoeiro. Os documentos poderão ainda ser enviados através da função “anexo” no referido Portal, desde que estejam devida e legalmente autenticados. O **prazo** de apresentação da referida documentação é **de 1 (um) dia, contado a partir da solicitação do pregoeiro**.
		1. Caso o prazo para apresentação dos documentos de habilitação não seja suficiente por algum motivo, a licitante deverá apresentar por escrito o motivo e a solicitação de prorrogação, cabendo ao pregoeiro decidir se concorda ou não com a prorrogação, que só poderá ser concedida uma única vez e pelo mesmo **prazo de 1 dia, contado a partir da anuência oficial do pregoeiro**.
		2. ***Não*** serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital e respectivos anexos.
	6. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem aos requisitos de habilitação.

## Da Responsabilidade Técnico-Profissional

* 1. A fim de comprovar sua aptidão, a licitante vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado da empresa ou órgão que o emitiu, comprovando ter a licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis com os serviços objeto deste pregão, de forma satisfatória. O atestado deverá conter o nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.
	2. A empresa deverá comprovar possuir em seu quadro funcional, na data prevista para a abertura da licitação, na qualidade de Responsável Técnico, devidamente registrado no Conselho Regional de Classe de acordo com a legislação vigente, pelo menos um dos seguintes profissionais: **Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal ou Engenheiro Ambiental ou Biólogo ou Técnico em Meio Ambiente ou Técnico Agrícola.**
		1. O atestado apresentado poderá ser objeto de diligência, a critério da UFRN, para a verificação da autenticidade do conteúdo das informações nele contidas.

## Do vínculo entre a empresa e integrantes

* 1. A licitante vencedora deverá comprovar o vínculo entre sua empresa e os integrantes da equipe técnica por ela designados para a prestação dos serviços objeto do presente pregão.
		1. O vínculo poderá ser comprovado, conforme o caso via um dos seguintes documentos:
1. cópia da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
2. contrato social da empresa;
3. ficha de empregado atualizada;
4. cópia de contrato de prestação de serviços;
5. anotação de responsabilidade técnica;
6. outra forma de comprovação, desde que prevista pela legislação vigente.
	* + 1. Para comprovar o vínculo empregatício, a licitante deverá apresentar cópia autenticada da Carteira Profissional de Trabalho ou do contrato de trabalho.
				1. A comprovação de vínculo também poderá ser feita via contrato de prestador de serviços (Acórdão nº 1905/2009-TCU – Plenário).
			2. Quando o integrante da equipe técnica for dirigente ou sócio da empresa, a comprovação do vínculo poderá ser feita através da apresentação do ato constitutivo da empresa devidamente atualizado.

## Da Matriz, Filial ou Oficina própria

* 1. Com o objetivo de evitar potenciais problemas na relação contratual, a licitante deverá apresentar Declaração de que possui **matriz**, **filial** ou **oficina** própria localizada no município da prestação do serviço, com estrutura, instalações físicas, ferramentas e equipamentos, apropriados e específicos, assim como de pessoal qualificado, tudo em quantidade suficiente para gerir o Contrato.
		1. No caso de não possuir matriz, filial ou oficina própria nesta localidade, a licitante deverá apresentar Declaração de que se compromete a montá-la **até a assinatura do Instrumento Contratual**, devendo apresentar a documentação comprobatória no prazo estipulado no item **“Da Celebração do Contrato”**, do ***Termo de Referência***, anexo deste edital.

# 13 – Dos Recursos Administrativos

1. Das disposições relativas aos Recursos Administrativos.
	1. Havendo intenção de interpor recurso, a licitante deverá manifestá-la ao pregoeiro, por meio eletrônico e em formulário próprio, explicitando sucintamente suas razões, **imediatamente após a divulgação do vencedor**.
		1. O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
	2. A licitante que manifestar a intenção de recurso, conforme subitem anterior disporá, **a partir de sua manifestação, do prazo de 03 (três) dias corridos**, para apresentação das razões do recurso, em campo próprio do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, tão logo seja encaminhado ao pregoeiro.
	3. As demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em **até 03 (três) dias, contados a partir do término do prazo do recorrente**.
	4. O sistema possibilitará ao pregoeiro, de forma justificada, reduzir os prazos legais da razão e da contrarrazão dos recursos desde que tenha precluído tal direito, ou seja: esgotado o direito de interposição da razão do recurso dos licitantes (quando a razão do recurso for registrada no primeiro ou segundo dia) o pregoeiro poderá antecipar o prazo da contrarrazão, da mesma forma também poderá ser antecipado a prazo das decisões do pregoeiro e do ordenador de despesas, quando for o caso, conforme orientação contida no comunicado da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI nº 041698, de 15 de janeiro de 2008.
	5. Assegurar-se-á aos licitantes vista imediata dos autos, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões, observados os prazos legais pertinentes.
	6. A decisão do pregoeiro será sempre motivada e, quando mantiver sua decisão, submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
	7. O acolhimento do recurso implicará tão somente a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
	8. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
	9. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;
	10. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem inseridos no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/).
	11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, situada na **Av. Senador Salgado Filho**, **nº 3000**, **Campus Universitário**, Bairro **Lagoa Nova**, CEP: **59078-970**, **Natal/RN**, nas dependências do **Setor de Licitações – SELIC**, setor vinculado à **Diretoria de Material e Patrimônio – DMP**.

# 14 – Da Adjudicação e da Homologação

1. Disposições relativas à Homologação.
	1. O objeto desta licitação será adjudicado à licitante classificada em primeiro lugar.
	2. A homologação será efetivada pela autoridade competente designada pelo dirigente máximo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
	3. O adjudicatário será convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, para assinatura da ***Ata de Registro de Preços***.

# 15 – Da Adesão à Ata de Registro de Preços

1. Disposições relativas aos Usuários.
	1. Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório poderá utilizar a presente ata, mediante anuência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (órgão gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na [Lei nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm), no [Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), na [IN nº 08/1998-MARE](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in08_98.htm) e IN nº 04/1999-SEAP, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.
		1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, terão de consultar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, órgão gerenciador desta ata, sobre a possibilidade de adesão.
		2. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação, ou não, do fornecimento, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
		3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens licitados e registrados na presente ata para a UFRN (órgão gerenciador) e demais órgãos participantes.
		4. As adesões à presente ata limitar-se-ão, na totalidade, ao **quíntuplo** do quantitativo de cada item registrado nesta ata, para a UFRN e órgãos participantes, independente do número de órgãos **não** participantes que aderirem.
		5. Observada a vigência da presente ata, após autorização da UFRN, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada no **prazo de até 90 (noventa) dias**, podendo a UFRN, Órgão Gerenciador, autorizar excepcional e justificadamente a prorrogação deste prazo, quando solicitada pelo órgão participante.
	2. Compete aos órgãos participantes e não-participantes cobrar do fornecedor o cumprimento das obrigações contratualmente assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à UFRN, conforme previsão contida, respectivamente, no [§ 1º do art. 6º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art6) e no [§ 7º do art. 22, do Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art22).

# 16 – Da Formalização da Ata

1. Disposições relativas à Formalização da Ata.
	1. Homologada a licitação, será formalizada a presente ata com o fornecedor primeiro classificado e os demais licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.
		1. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, respeitada a ordem de classificação das empresas constantes desta ata.
	2. O pregoeiro da UFRN enviará a presente ata à empresa ganhadora, que deverá assiná-la e devolvê-la no **prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento**, de modo a atender às demandas desta Instituição e, se for o caso, dos órgãos participantes, conforme quantitativos registrados para cada beneficiário.
		1. O **prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período**, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo referido pregoeiro.
		2. Na assinatura desta ata, exigir-se-á a comprovação das condições de habilitação consignadas no presente edital, as quais deverão ser **mantidas pela licitante durante sua vigência**.
		3. No caso de o fornecedor primeiro classificado não comprovar sua habilitação, ou quando ele se recusar injustificadamente a assinar esta ata, a UFRN convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetuar a referida assinatura, sem prejuízo das cominações legais previstas no presente edital e respectivos anexos, aplicáveis àquele fornecedor que não comprovou sua habilitação ou que se recusou a assinar.
	3. Esta ata, resultante do presente pregão, terá **validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, e será disponibilizada no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) durante o período de sua vigência.
		1. **Não** serão efetuados acréscimos aos quantitativos fixados por esta ata, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65).
		2. A assinatura desta ata implicará para o fornecedor compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, conforme disposto no art. [14 do Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art14).
	4. No ato da assinatura desta ata, informar-se-á o preço unitário, que dela constará, para que os fornecedores tomem ciência do compromisso assumido.
	5. A convocação do adjudicatário para assinatura desta ata, fora do prazo de validade da sua proposta, desobriga-o de qualquer responsabilidade pela não aceitação da Nota de Empenho ou celebração do instrumento de contrato.
	6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a presente ata, aceitar a Nota de Empenho emitida, dentro do prazo de validade da sua proposta, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades previstas no [art. 87 da Lei nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art87) e no presente edital, bem como o cancelamento do seu registro.
	7. Expirado o prazo de validade da proposta da licitante vencedora, sem que se acorde uma prorrogação, a CONTRATANTEpoderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, de acordo com o presente edital, ou ainda poderá revogar a licitação.
		1. Os licitantes convocados na hipótese prevista no subitem anterior ficarão isentos das penalidades estabelecidas no presente edital, caso não aceitem as condições ali impostas.
	8. A publicação resumida desta ata e de seus aditamentos no Diário Oficial da União, condições indispensáveis para sua eficácia, será providenciada pela Administração **logo após a assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, qualquer que seja o seu valor**.
	9. O Edital, esta ata, o ***Termo de Referência***, a proposta da licitante e a Nota de Empenho passam a ter força de contrato para todos os efeitos legais.

# 17 – Da Formação do Cadastro de Reserva

1. Disposições relativas à Formação do Cadastro de Reserva.
	1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
		1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
	2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
	3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.

# 18 – Da Celebração do Contrato

1. As regras relativas à celebração dos contratos estão estabelecidas no ***Termo de Referência*** anexo do presente edital.

# 19 – Do Reajuste

1. As disposições relativas ao reajuste do valor contratual estão estabelecidas na ***Minuta do Contrato*** anexo do presente edital.

# 20 – Da Entrega, Do Recebimento e Da Fiscalização

1. Os critérios de entrega e recebimento do objeto e da fiscalização da sua execução constam do ***Termo de Referência*** anexo do presente edital.

# 21 – Das Obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA

1. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA constam do ***Termo de Referência*** anexo do presente edital.

# 22 – Das Sanções

1. As disposições relativas às sanções constam do ***Termo de Referência*** anexo do presente Edital.

# 23 – Das Disposições Gerais

1. Disposições Gerais.
	1. Facultar-se-á ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência ou a solicitação de documentos, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo. A referida diligência dar-se-á através de visita à sede e/ou filiais da empresa da licitante, com ou sem agendamento prévio.
	2. Assegurar-se-á à UFRN, órgão promotor deste pregão, o direito de revogá-lo por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovadas, pertinentes e suficientes para justificar a revogação.
	3. A UFRN deverá anular este pregão, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, quando constatados vícios de ilegalidade.
	4. Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. A UFRN não será em nenhum caso responsável por esses custos.
	5. Os proponentes responsabilizar-se-ão pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório.
	6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo pregoeiro.
	7. Ocorrendo qualquer fato superveniente à data marcada para a abertura da sessão do presente pregão, que impeça sua realização, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
	8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste pregão, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente iniciam e vencem em dias de expediente na UFRN.
	9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível aferir suas qualificações e compreender perfeitamente sua proposta.
	10. As normas que disciplinam o presente pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
	11. Os casos omissos aplicar-se-ão as disposições da legislação vigente e pertinente à matéria.
	12. Apenas dúvidas de ordem estritamente informal poderão ser dirimidas por telefone.
	13. Pela cópia do edital e seus anexos cobrar-se-á o valor de R$ 0,10 (dez centavos) por folha. O valor total cobrado, resultado da multiplicação deste valor pelo número de folhas, referente ao custo de reprografia, deverá ser recolhido em nome da UFRN, na conta nº 170.500-8, Agência 4201-3, identificação 1531031523428830-6, do Banco do Brasil.
	14. Endereço para contato: Av. Senador Salgado Filho, nº 3000, Prédio do **Setor de Licitações – SELIC**, Campus Universitário, Bairro Lagoa Nova, CEP 59.078-970, Natal/RN.

# 24 – Das Partes Integrantes

24.1 Constituem partes integrantes deste edital todos os seus anexos, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

Natal (RN), 05 de fevereiro de 2018

...........................................................................

Paulo José Pereira

Diretoria de Material e Patrimônio da UFRN

|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

# Anexo I - Termo de Referência

## 1 – Do Objeto e Valor Estimado

1. Disposições relativas ao objeto e valor estimado.
	1. **Descrição do objeto:** **contratação de empresa especializada nos serviços de Poda e supressão de árvore, extração de tocos de árvores, fornecimento e plantio de grama e capinagem, com fornecimento de material,** conforme especificado de forma detalhada neste ***Termo de Referência*** e no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexos do edital do presente pregão.
	2. **Valor estimado: R$ 683.345,50 (seiscentos e oitenta e três mil trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)**.
		1. **A estimativa servirá apenas de subsídio para que a licitante formule sua proposta, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso entre a licitante e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.**

## 2 – Das Justificativas

1. Disposições relativas às Justificativas.

### Da Demanda

* 1. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte visa à contratação de empresa especializada nos serviços de poda e supressão de árvores, extração de tocos de árvores podres, fornecimento e plantio de grama e capinagem, devido aos problemas advindos de podas realizadas incorretamente por pessoas desqualificadas o que acarretava apodrecimento de galhos com surgimento de animais xilógrafos e de infestações de térmites (cupins de solo), gerando prejuízos para a Universidade.

### Do Sistema de Registro de Preços

* 1. Será adotado o sistema de registro de preços tendo em vista as aquisições frequentes e parceladas dos itens do objeto ao longo da vigência da ***Ata de Registro de Preços***, conforme estabelecem os incisos I, II, III e IV do art. [3º do Decreto nº 7.892](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art3), de 23 de janeiro de 2013, que atualmente rege este sistema.

### Dos Lotes/Grupos

* 1. Em conformidade com o art. 8º do Dec. nº 7.892/2013, a formação de lotes é técnica e economicamente viável e visa o fornecimento de materiais padronizados. Dessa forma, caberá ao único vencedor de lote o respectivo fornecimento, a fim de garantir a compatibilidade e uniformidade dos materiais e serviços, assim como facilitar a logística de fornecimento, evitando, inclusive, possíveis e indesejáveis transtornos para ambas as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.
	2. Os serviços para contratação de empresa especializada nos serviços de poda de árvores, extração de tocos e árvores podres, replantio/plantio de mudas e capinagem, com fornecimento de material,foram dispostos num **único lote** devido á especificidade, a execução e composição dos serviços. É importante que o serviço seja realizado pela mesma empresa para que não haja descontinuidade e seja mantida a uniformidade dos serviços e a celeridade durante a execução do contrato.
	3. O agrupamento dos itens em lote não prejudica a participação das empresas do ramo, além disso, a separação em itens isolados poderia tornar desvantajosa a licitação para realização dos serviços, o que causaria o desinteresse dos licitantes e prejuízos para a Administração Pública.

### Da Necessidade de Matriz, filial ou Oficina

* 1. Para mitigar problemas potenciais relativos, sobretudo à logística da empresa prestadora de serviço, ocorridos de fato em relações contratuais anteriores, faz-se necessário a exigência de matriz, filial ou oficina localizada na cidade ou município da Unidade Administrativa beneficiada da CONTRATANTE, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato com eficácia e eficiência, além de outros recursos materiais, conforme especificado neste ***Termo de Referência***, tudo em consonância com o Acórdão do TCU nº 17/2013 – Plenário (AC-1214-17/13-P).
	2. Tal exigência deve-se ao fato de que os serviços serão realizados de forma fracionada durante o decorrer do ano e de acordo com o chamado da UFRN, com a finalidade de não haver interferências nas atividades administrativas e acadêmicas, principalmente quando durante os serviços que exijam o desligamento da rede elétrica.
	3. Necessitando de máxima celeridade nestes procedimentos técnicos quando se trata de risco iminente de acidente (exposição de raízes, rachaduras de caule etc.), de episódios de sinistros decorrentes de tombamento espontâneo (obstrução de via de tráfego de pedestres/veículos etc.) e/ou ocorrências de caráter fortuito e emergenciais (adequação de arborização para instalação de tendas extras em eventos culturais e acadêmicos etc.).
	4. Sendo improvável que uma empresa de poda de árvores que dependa de deslocamento além dos limites da região metropolitana da cidade para efetivação desta demanda consiga cumprir prazos de caráter emergencial, situação a qual exige imediatamente atuação da empresa contratada.
	5. Diante do exposto, para o adequado encaminhamento desta licitação sugerimos que a empresa contratada, durante a execução dos serviços, esteja situada em Natal (preferencialmente) ou cidades que componham a região metropolitana da Grande Natal.

### Da Vedação da Participação de Consórcio

* 1. A possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio fica ao juízo discricionário da Administração, conforme amplamente discutido na Jurisprudência, como, por exemplo, os Acórdãos nos 1165/2012-Plenário, 1.946/206-Plenário, 22/2003-Plenário, abaixo transcritos.

Assim, como é de amplo conhecimento daqueles que lidam com licitações, a jurisprudência desta Corte aponta para o caráter discricionário no que concerne à decisão acerca da participação de consórcios nos diversos eventos licitatórios, a teor do art. 33 da Lei de Licitações. Acórdão 1165/2012-Plenário.

Acórdão TCU nº 1.946/20016 – Plenário: a permissão da participação de consórcio é uma escolha discricionária do administrador, a ser analisada em cada caso concreto, dependendo do requisito de alta complexidade ou relevante vulto da obra, o qual não se acha presente na licitação do TST.

Acórdão n. 22/2003 – Plenário: No mesmo sentido é a regra insculpida no art. 33 da Lei nº 8.666/93, que estipula as normas a serem seguidas pela Administração nas hipóteses em que for permitida a participação de consórcios na licitação. Trata-se de escolha discricionária da Administração, a ser verificada caso a caso. Muitas vezes, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação.

* 1. No caso, portanto, do presente pregão, não será permitida a participação de consórcios, por não se tratar de objeto de grande vulto nem de execução de alta complexidade e por considerar-se que a não participação beneficiará o caráter competitivo.

### Da Ampla Concorrência

* 1. A UFRN vem alinhando-se à gestão estratégica do governo federal, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, concedendo, neste diapasão, em suas contratações, tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, com a destinação de itens, lotes ou mesmo do objeto em sua integralidade à participação exclusiva para estas empresas.
	2. Entretanto, tendo em vista os valores constantes do *Relatório de Itens do Objeto Licitado*, anexo do edital deste pregão, a Administração da UFRN não aplicará a regra contida no inciso I do art. 48 da LC nº 123/2006, que preceitua a destinação de itens de até R$ 80.000,00 exclusivamente para ME e EPP, ficando também prejudicada a aplicação da regra do inciso III do art. 48, da LC nº 123/2006, que preceitua a destinação de cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de ME e EPP, vez que, por questões justificadas em parte neste *Termo de Referência* e em parte no respectivo processo administrativo, não convêm para a Administração dividir o objeto deste pregão.

## 3 – Do Objetivo

1. Disposições relativas ao Objetivo.
	1. O presente *Termo de Referência* visa de forma imediata embasar a construção do processo licitatório, o qual tem por objetivo atender às demandas da UFRN relativas à execução do objeto licitado. Cumpre, assim, um papel fundamental no procedimento licitatório e integra o Instrumento do Contrato, quando houver, e a *Ata de Registro de Preços*, sendo, portanto, suas determinações de cumprimento obrigatório.

## 4 – Da Prévia Vistoria Técnica

1. Disposições relativas à Prévia Vistoria Técnica.
	1. Considerando a impossibilidade de determinar exatamente os locais onde se pretende que sejam prestados os serviços, a empresa interessada em participar deste pregão NÃO precisará realizar prévia vistoria técnica às dependências da pretensa CONTRATANTE. Os locais exatos serão informados paulatinamente, de acordo com o disposto no tópico Da Execução dos Serviços.

## 5 – Das especificações Técnicas

1. Disposições relativas às especificações técnicas.
	1. Sobre os serviços de poda de árvores, extração de tocos e árvores podres, fornecimento e plantio de grama e capinagem, com fornecimento de material foram solicitadas pela Superintendência de Infraestrutura para atender as demandas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Natal/RN e suas especificações técnicas de todos os itens do objeto do presente pregão constam do ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexo do presente edital.

## 6 – Da Execução dos Serviços

1. Disposições relativas à execução dos serviços.

### Dos Locais

* 1. O objeto do presente pregão deverá ser executado no endereço constante da Nota de Empenho emitida pela **Contratante** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte e no local por ela designado.
	2. Os serviços abrangerão todos os campi e unidades da UFRN localizadas no município de Natal/RN.

### Do horário

* 1. A execução dos serviços deverão ser realizado em dias úteis, no horário de 7h30 às 11h e de 13h30 às 17h, em conformidade com a solicitação da UFRN.

### Disposições gerais

* 1. **A empresa vencedora do certame deverá realizar:**
1. A limpeza geral e ordenada da área verde e no roteiro dos cabos de fibra ótica pertencentes à Instituição;
2. Poda para direcionar as árvores para verticalização; poda de manutenção e limpeza e poda de segurança;
3. Retirada de ervas daninhas das áreas designadas pela unidade requisitante;
4. Corte e limpeza da área com grama e retirada de material (capinagem). Este serviço inclui os canteiros já existentes e os que serão implantados;
5. Plantio de grama;
6. Contagem de árvores mortas e tocos para substituição;
7. Corte e retirada das árvores a serem suprimidas, após fornecidas as devidas autorizações;
8. Fornecer todos os materiais necessários para a realização dos serviços;
9. Oferecer toda e qualquer estrutura necessária a realização dos serviços, inclusive transporte dos restos dos vegetais, equipamentos, EPI's, veículo, mão-de-obra, frete, adubação, caminhões com munk e escada, moto-serra, combustível para moto-serras, impostos, andaimes, substâncias como sulfato de cobre e látex, dentre outros que se façam necessários;
10. Mão de obra disponibilizada pela empresa contratada para execução dos serviços, deverão se apresentar devidamente identificados e uniformizados nas dependências da UFRN;
11. Informar, caso haja necessidade, quais os locais onde deverá ser realizado o desligamento da rede elétrica, para que seja providenciado junto à COSERN, com a devida antecedência;
12. Toda atividade de plantio deverá ser acompanhada por período de conservação de 90 (noventa) dias para garantir a fixação e limpeza;
13. **Os serviços serão realizados de forma fracionada durante o decorrer do ano e de acordo com o chamado da UFRN com a finalidade de não haver interferências nas atividades administrativas e acadêmicas, principalmente quando durante os serviços for necessário desligar a rede elétrica.**

### Do refazimento dos Serviços

* 1. Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer serviço defeituoso, sem condições de uso ou que não apresente produtividade satisfatória, por outro de qualidade superior e com as mesmas especificações exigidas no edital.

## 7 – Da Entrega e do Recebimento

1. Disposições relativas à entrega e ao Recebimento.
	1. Os itens do objeto contratados e executados serão somente recebidos por servidor da Superintendência da Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
	2. O recebimento formal deverá acontecer em **dias úteis, nos horários: 7h30 às 11h e 13h30 às 17h**.
	3. O recebimento, provisório ou definitivo, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, ético-profissional, ou de qualquer natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovadas pela CONTRATANTE.
	4. Os serviços, objeto deste edital, deverão ser realizados nas Unidades Requisitantes da UFRN, sempre que solicitado pela Comissão Especial de Registro de Preços, designada pelo Órgão Gerenciador, devendo o ônus da entrega/fornecimento do serviço, inclusive frete, ser por conta exclusiva da **Contratada.**

### Do Recebimento Provisório

* 1. O objeto contratado e executado será recebido em caráter provisório por qualquer servidor da Universidade Federal que se disponha a recebê-lo.
	2. O servidor que receber em caráter provisório, se não for o fiscal especialmente designado para o recebimento, deverá passar imediatamente para o servidor fiscal as informações e documentação relativas ao recebimento, para que este verifique se os itens do objeto contratados foram executados em consonância com as exigências estabelecidas no presente pregão e com que foi proposto pela CONTRATADA.
	3. Se o servidor fiscal verificar quaisquer irregularidades na execução dos itens do objeto contratados, solicitará à CONTRATADA que, por conta e ônus dela, corrija as irregularidades ou proceda novamente à execução, para que, após o saneamento, possam os itens ser recebidos em caráter definitivo.
	4. O recebimento provisório dar-se-á através de carimbo e assinatura do servidor no canhoto da Nota Fiscal/Fatura e/ou no Conhecimento de Transporte.
	5. A Nota Fiscal ou fatura deverá conter a descrição dos itens do objeto executados em consonância com a descrição constante da Nota de Empenho correspondente.

### Do Recebimento Definitivo

* 1. O recebimento definitivo dos itens do objeto executados dar-se-á por servidor, efetivo ou provisório, especialmente designado para este fim, ou seja, pelo servidor fiscal representante da CONTRATANTE, tendo em vista suas competências para verificar se os itens do objeto foram executados em conformidade com as exigências constantes deste edital e respectivos anexos.
	2. O recebimento definitivo dos itens do objeto executados dar-se-á após ser verificada sua conformidade, através da aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal ou fatura.
	3. Todos os fatos anormais, porventura verificados no ato de recebimento definitivo dos itens do objeto executados, deverão ser anotados em livro ou sistema próprio, assim como as providências a serem tomadas pela CONTRATADA.
	4. Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente os itens do objeto executados em desacordo com as especificações estabelecidas no presente edital e respectivos anexos, ou que apresentar irregularidades.

## 8 – Do Resultado Esperado

1. Disposições relativas ao Resultado Esperado.
	1. Espera-se que a CONTRATADA execute o objeto deste pregão com eficiência, celeridade e em conformidade total com os termos e prazos estabelecidos no edital, neste ***Termo de Referência*** e demais anexos.

## 9 – Da Fiscalização e Controle

1. Disposições relativas à fiscalização e ao controle.
	1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto licitado, reservar-se-á à CONTRATANTE o poder-dever de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução, conforme a [Lei nº 8666/1993, art. 58, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art58) c/c Acórdão do TCU nº 1632/2009 – Plenário.
		1. A omissão ou falha de fiscalização da execução dos itens do objeto deste pregão, realizada por representante da CONTRATANTE, será devidamente apurada, não eximindo a CONTRATADA, entretanto, de sua responsabilidade exclusiva pela prestação eficiente dos serviços nos moldes do edital deste pregão e seus anexos.
		2. A execução do objeto deste pregão será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição ([Lei nº 8666/1993, art. 67,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art67) *[caput](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art67)*).
			1. A CONTRATANTE designará oficialmente um ou mais servidores para fiscalização.
				1. O servidor não poderá recusar-se a exercer a fiscalização, salvo se apresentar motivo fundado e comprovado pela Administração da CONTRATANTE ([Lei 8.112/90, art. 116, I, II, II e IV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm%22%20%5Cl%20%22art116)).
				2. A fiscalização será realizada por servidor com conhecimentos mínimos e suficientes, a fim de garantir a conformidade da execução do objeto com o programado pela Instituição CONTRATANTE.
		3. Com a assinatura do instrumento de contrato, a CONTRATADA compromete-se a submeter-se a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer dados, explicações, esclarecimentos, soluções, comunicações ou quaisquer outros elementos necessários à execução destes métodos.
	2. O servidor fiscal deverá exigir por escrito que seja substituído quaisquer itens do objeto executados pela CONTRATADA em desacordo com as normas ou especificações previstas no presente edital e respectivos anexos, visando sempre ao interesse da coletividade, à continuidade dos serviços públicos, à integridade do patrimônio público e à eficiência da Instituição CONTRATANTE.
	3. No que diz respeito a decisões a serem tomadas e que exorbitem de sua competência, o servidor fiscal deverá solicitar formalmente e por escrito as devidas providências à autoridade administrativa que lhe seja imediatamente superior, a qual, atendendo à solicitação, incumbir-se-á de adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.
	4. O servidor fiscal responsabilizar-se-á por atestar a fatura ou Nota Fiscal, comprovando o recebimento definitivo do objeto executado (materiais fornecidos e/ou serviços prestados), relativos, garantido, dessa maneira, que o fornecimento e/ou prestação, parcial ou integral, estejam sempre em conformidade com o programado pela Administração, consumando-se dessa maneira a liquidação da despesa, a qual constitui etapa prévia e imprescindível à realização do pagamento.

## 10 – Das Condições de Pagamento

1. Disposições relativas ao Pagamento.
	1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em **até o 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo setor competente**.
	2. O pagamento será creditado na conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado: banco, agência, localidade e conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
	3. O pagamento somente será liberado para a CONTRATADA após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual e após apresentação do demonstrativo da execução dos itens do objeto contratados e por ela executados.
	4. A critério da CONTRATANTE, os valores das multas porventura aplicadas, bem como das indenizações devidas a terceiros, por culpa ou dolo da CONTRATADA, serão descontados dos faturamentos a que CONTRATADA fizer jus.
	5. Todo pagamento realizado pela CONTRATANTE estará condicionado à prévia e necessária consulta ao SICAF, no intuito de comprovar a regularidade da CONTRATADA, inclusive no que tange ao recolhimento das contribuições sociais – FGTS e Previdência Social correspondentes ao mês da última competência vencida.
		1. A CONTRATADA que estiver em situação irregular receberá o devido pagamento pela efetiva execução do objeto do presente pregão, mas a CONTRATANTE instaurará em caráter de urgência processo administrativo em que estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a CONTRATADA regularize sua situação.
		2. Não regularizada a situação, a CONTRATANTE prosseguirá com o processo, a fim de apurar o fato e aplicar as penas cabíveis, podendo inclusive rescindir o contrato.
	6. Qualquer erro ou omissão na documentação fiscal ou na fatura da CONTRATADA deverá ser por ela prontamente corrigido, suspendendo-se o prazo de pagamento até que a correção seja realizada.
	7. À CONTRATANTE reservar-se-á o direito de suspender o pagamento, se a CONTRATADA não executar os itens do objeto contratados conforme as especificações constantes do ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, da ***Ata de Registro de Preços*** ou qualquer outro instrumento de contrato.
	8. O pagamento estará condicionado ao atesto pela seção responsável no respectivo documento fiscal.
	9. A não indicação pela CONTRATADA de sua opção junto ao **Simples Nacional** (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) implicará, por ocasião do pagamento, o desconto dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.
		1. A CONTRATADA optante não sofrerá a retenção na fonte, devendo apresentar para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção, nos termos do [Art. 4º, XI, da IN/SRT nº 1.234/2012](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200&visao=anotado).
	10. O pagamento estará condicionado ao atendimento aos prazos e condições de execução e recebimento constantes deste ***Termo de Referência***.

## 11 – Dos Juros Moratórios

1. Disposições relativas aos Juros Moratórios.
	1. Caso a CONTRATANTE atrase o pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, ao valor devido deverá ser acrescido juros de mora, calculados à **taxa de 6% (seis por cento) ao ano**, **desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento**, mediante aplicação das seguintes formulas:

**EM** = **I** x **N** x **VP**, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**I** = (**TX** / **100**) / 365, onde

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual;

**N** = Número de dias entre a data prevista do pagamento e data do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

## 12– Das Obrigações da CONTRATANTE

1. Disposições relativas às Obrigações da CONTRATANTE.
	1. A CONTRATANTE obrigar-se-á a:
2. emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA, no valor correspondente ao valor total dos itens do objeto contratados;
3. enviar por e-mail Nota de Empenho, digitalizada, emitida em favor da CONTRATADA, ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);
4. permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos itens do objeto contratado;
5. impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem quaisquer itens do objeto contratado;
6. fornecer todas as condições e informações necessárias, para que a CONTRATADA possa executar os itens do objeto contratados conforme exigências do presente edital e respectivos anexos, pautando-se inclusive pelas normas que venham a ser emitidas após a celebração do Instrumento de Contrato;
7. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
8. solicitar à CONTRATADA retificação da execução de itens do objeto contratados cujos padrões de qualidade estejam aquém das exigências contidas no presente edital e respectivos anexos;
9. informar das irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções detectados durante a execução de itens do objeto contratados, para que a CONTRATADA adote as medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente edital e respectivos anexos;
10. observar para que, durante a vigência do Instrumento de Contrato, sejam mantidas pela CONTRATADA as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
11. exigir que a CONTRATADA execute os itens do objeto contratados consoante as exigências estabelecidas no presente edital e respectivos anexos;
12. rejeitar total ou parcialmente itens do objeto contratados, executados em desacordo com as exigências contidas no presente edital e respectivos anexos;
13. notificar por escrito a CONTRATADA, quando ocorrer eventuais imperfeições na execução de itens do objeto contratados, fixando prazo para sua correção;
14. acompanhar e fiscalizar o Registro de Preços, através da Comissão Especial, a fim de garantir sua perfeita execução;
15. providenciar o registro daquelas licitantes que aceitarem cotar itens do objeto licitados, com preços iguais aos da licitante vencedora, observando a sequência da classificação das licitantes no certame, visando à formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da ***Ata de Registro de Preços***, nas hipóteses previstas nos [arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art20);
16. respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na ***Ata de Registro de Preços***;
17. Divulgar a ***Ata de Registro de Preços*** no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), deixando-a aí disponível durante sua vigência;
18. emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no presente ***Termo de Referência***;
19. efetuar o pagamento à CONTRATADA, obedecendo aos termos estabelecidos no presente edital;
20. solicitar, via fax ou telefone, a execução de itens do objeto, cujos preços encontrem-se registrados na ***Ata de Registro de Preços***;
	1. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, pela perfeita execução do *item do objeto*.

## 13 – Das Obrigações da CONTRATADA

1. Disposições relativas às obrigações da CONTRATADA.
	1. A CONTRATADA obrigar-se-á a:
2. assinar e devolver a ***Ata de Registro de Preços***, no prazo estabelecido no edital do presente pregão;
3. arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, referentes a salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras devidas ao seu pessoal, no cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Preços, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
4. realizar acesso diário ao seu e-mail, informado no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), ou no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), quando da retirada do edital, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das Notas de Empenho enviadas eletronicamente pela CONTRATANTE;
5. manter sempre atualizado o seu endereço, número do telefone fixo e/ou celular, fax, e-mail ou outro meio de contato, junto à CONTRATANTE;
6. renovar a documentação relativa à habilitação exigida para contratação, preservando a compatibilidade entre a natureza de suas atividades e as obrigações por ela assumidas relativas ao objeto da contratação, sempre que for vencendo o prazo de validade da referida documentação;
7. entregar oficialmente os itens do objeto contratados e executados, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura correspondente;
8. informar na Nota Fiscal e/ou Fatura a descrição dos itens do objeto contratados e executados, de acordo com as especificações constantes da Nota de Empenho;
9. pagar pontualmente os fornecedores e obrigações fiscais, em relação à execução dos itens do objeto executados;
10. pagar todos os tributos e contribuições fiscais ou parafiscais que incidam ou venham a incidir de forma direta ou indireta sobre a execução dos itens do objeto contratados, bem como as despesas eventuais de frete;
11. manter durante a vigência da ***Ata de Registro de Preços*** ou instrumento de Contrato todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, sob pena de serem retidos os valores a ela devidos até sua regularização e aplicadas as demais penalidades, sem ônus para a CONTRATANTE;
12. responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento da ***Ata de Registro de Preços*** ou do instrumento do contrato;
13. ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência, imprudência ou imperícia do seu pessoal envolvido na execução dos itens do objeto contratados, respondendo inteiramente por estes atos quando constada sua culpa ou dolo, estando ciente de que o controle e a fiscalização exercidos pela CONTRATANTE não excluirá nem diminuirá sua responsabilidade;
14. executar os itens do objeto contratados, consoante as exigências do presente edital e respectivos anexos;
15. executar os itens do objeto contratados, sempre direta e pessoalmente, não podendo transferir esta responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição, seja qual for sua natureza, salvo quando houver expressa anuência da CONTRATANTE;
16. participar de todas as reuniões convocadas pela CONTRATANTE, com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à execução dos itens do objeto contratados;
17. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a execução dos itens do objeto contratados;
18. responder por quaisquer acidentes dos quais resultem vítimas, inclusive dentre o seu pessoal, em razão da execução dos itens do objeto contratados;
19. fornecer por escrito, **até 3 (três) dias depois de recebimento da Nota de Empenho**, o nome, número do telefone fixo e/ou do celular, fax ou e-mail do seu representante, o qual ficará responsável pelo seu contato direto com a CONTRATANTE;
20. substituir quaisquer itens do objeto contratos cuja execução tenha sido recusada pela CONTRATANTE, nos termos e prazos estipulados no presente edital e respectivos anexos;
21. ser proativa no sentido de prover-se de condições que possibilitem o atendimento às condições firmadas, a partir da data da assinatura da ***Ata de Registro de Preços*** e/ou Instrumento de Contrato;
22. atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, relativas à execução dos itens do objeto contratados ou ao procedimento de entrega daqueles cuja a execução tenha sido concluída;
23. executar os itens do objeto contratados e entregar formalmente aqueles cuja execução tenha sido concluída, de acordo com as exigências estabelecidas no presente edital e respectivos anexos;
24. providenciar a imediata correção de deficiência, falha ou irregularidade constatadas pela Comissão de Licitação, referentes à execução dos itens do objeto contratados e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na ***Ata de Registro de Preços*** e/ou Instrumento de Contrato;
25. responder por perdas ou danos, causados pelo seu pessoal, de forma voluntária ou involuntária, às instalações, dependências, máquinas, equipamentos e demais bens da CONTRATANTE, resultantes da execução dos itens do objeto contratados, providenciando imediatamente quaisquer correções necessárias, no prazo que lhe for expressamente estabelecido pela CONTRATANTE;
26. Colocar à disposição da CONTRATANTE, todos os meios necessários para comprovação da qualidade do objeto executado, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do edital e seus anexos.

## 14 – Sanções Administrativas

1. Disposições relativas às Sanções Administrativas.
	1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento de Contrato, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento/realização de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste ***Termo de Referência***.
	2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:
2. advertência;
3. multa;
4. impedimento de licitar e de contratar com a União e o descredenciamento da empresa junto ao [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste ***Termo de Referência*** e das demais cominações legais em conformidade o previsto no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm%22%20%5Cl%20%22art7);
5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
	* 1. As multas serão recolhidas conforme instruções da CONTRATANTE, e consistem em:
6. multa de **10% (dez inteiros por cento) sobre o valor de sua proposta final vencedora**, se der causa a pelo menos um dos inadimplementos estabelecidos a seguir:
	1. não aceitar a Nota de Empenho no prazo de validade de sua proposta vencedora;
	2. deixar de entregar, ainda que parcialmente, documentação, inclusive a proposta final vencedora ou documentos de habilitação, exigidos nos termos e prazos do presente edital;
	3. deixar de entregar no prazo estabelecido no instrumento convocatório, devidamente assinada a Ata de Registro de Preços ou instrumento de Contrato, conforme disposições contidas no edital;
	4. apresentar documentação falsa, ainda que parcialmente;
	5. Não mantiver sua proposta integralmente nos termos e valores em que foi regularmente apresentada e aceita pelo pregoeiro;
	6. comportar-se de modo inidôneo;
	7. fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas neste edital e respectivos anexos;
	8. cometer fraude fiscal.
7. multa de mora de **0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento)**;
8. multa compensatória de **2% (dois por cento) sobre o valor total de todos aqueles itens da ARP registrados para o fornecedor,** quanto for constatado que pelo menos um destes itens está vencido, sem prejuízo da aplicação do disposto no inciso “II” deste Subitem, a juízo da Administração. Se houver Contrato, entretanto, a referida multa será aplicada sobre o seu valor total. Considera-se item vencido o item do objeto não executado no prazo estabelecido ou cuja execução não tenha sido iniciada no prazo determinado, observado o disposto na [Lei 8.666/1996, art. 86, § 1º](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art86).
	* 1. As multas poderão ser aplicadas com a advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, simultaneamente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**.
	1. As sanções serão obrigatoriamente registradas no [SICAF](http://www.sicaf.com.br/novosite/), e no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste ***Termo de Referência***.
	2. Caberá aos órgãos participantes, e órgãos não participantes (carona) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
	3. Deverá ser observado o Princípio do Devido Processo Legal na hipótese de aplicação das penalidades, devendo em qualquer hipótese de aplicação de penalidade ser assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
	4. A aplicação das sanções previstas neste ***Termo de Referência*** não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

## 15 – Da Celebração do Contrato

1. Disposições relativas à Celebração dos Contratos.
	1. A partir da ***Ata de Registro de Preços*** poderá ser formalizado o contrato a ser celebrado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, obedecendo-se ao estabelecido na ***Minuta do Contrato*** e à legislação pertinente à matéria, em especial à [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm) e demais normas de direito público aplicáveis.
		1. A CONTRATANTE enviará o instrumento de contrato para adjudicatária, que terá um **prazo de 05 (cinco) dias** para assiná-lo, contado da data do recebimento.
			1. Durante este prazo, a adjudicatária deverá providenciar toda documentação porventura exigida no presente edital e seus anexos, ficando a assinatura do contrato condicionada à apresentação e à constatação da regularidade da documentação.
			2. **Este prazo será aumentado para 10 (dez) dias**, se houver necessidade de comprovação de que a adjudicatária possui matriz, filial ou oficina.
			3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado **uma vez, apenas, por igual período**, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela adjudicatária, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.
	2. No ato da assinatura do instrumento de contrato será exigida da **Adjudicatária** a comprovação das condições de habilitação consignadas no presente edital, as quais deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato.
	3. Farão parte do contrato, integrando-o, os documentos constituintes do procedimento da presente licitação e demais documentos referidos no presente edital ou em qualquer dos seus anexos, independentemente de transcrição.
	4. Caso a licitante vencedora do certame não comprove sua habilitação, ou quando esta recusar-se sem justificativa a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções a ela comináveis, previstas no presente edital e/ou seus anexos, a UFRN convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, para, após negociação e comprovação dos requisitos habilitatórios, efetuarem a referida assinatura.
	5. A convocação do **Adjudicatário** para assinatura do instrumento de Contrato só poderá ocorrer durante a ***vigência da Ata de Registro de Preços***.

### Da exigência de matriz, filial ou oficina própria

* 1. A celebração do contrato ficará condicionada à comprovação de que a adjudicatária possui matriz, filial ou oficina própria situada no município da realização do serviço.
		1. A adjudicatária deverá informar o endereço da oficina, telefone, e-mail e demais informações pertinentes, a fim de viabilizar as solicitações da **CONTRATANTE** em relação à execução dos itens do objeto contratados, com presteza, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos no presente ***Termo de Referência***.
		2. A CONTRATANTE, antes da assinatura do contrato, poderá promover diligências a fim de comprovar a capacidade de a CONTRATADA atender com eficiência e eficácia à execução do objeto contratual, através, inclusive, de visita realizada às dependências da referida matriz, filial ou oficina, conforme já previsto nas “Disposições Gerais” do edital deste pregão.

## 16 – Da Aprovação e Autorização

1. 1 A autoridade competente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN aprova o presente *Termo de Referência* e autoriza a contratação do objeto do presente pregão.

Natal (RN), 05 de fevereiro de 2018

...........................................................................

Anailson Marcio Gomes

Pró-Reitor de Administração



|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

# Anexo II – Ata de Registro de Preços

Aos ..................................... dias de ......................................... do ano de ........., a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inscrita no **CNPJ** sob o **nº 24.365.710/0001-83**, através da **Comissão Especial de Registro de Preços** designada por meio da **Portaria** **nº 004/2018-PROAD, de 25 de janeiro de 2018**, lavra a presente **Ata de Registro de Preços –** **ARP**, referente ao presente pregão eletrônico, nº **6/2018**, que tem como objeto: **contratação de empresa especializada nos serviços de Poda e supressão de árvore, extração de tocos de árvores, fornecimento e plantio de grama e capinagem, com fornecimento de material,** conforme especificado de forma detalhada no ***Termo de Referência*** e no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexos do edital do presente pregão, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no [Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm), alterado pelo [Dec. nº 8.250/2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8250.htm).

## 1 – Da Vigência

1. Disposições relativas à Vigência.
	1. A presente ata terá **validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, e será disponibilizada no [Portal de Compras do Governo Federal](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) durante todo o período de sua vigência.
		1. Não serão efetuados acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65).

## 2 – Do Registro de Preços

1. Disposições relativas ao Registro de Preços.
	1. O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens do objeto ofertados pelas empresas, constantes deste registro de preço, encontram-se contidos nas tabelas abaixo.

|  |
| --- |
| **Empresa:** |
| **CNPJ:** |
| **Item** | **Quant** | **Unid.** | **Especificações** | **Marca** | **Preço Unitário (R$)** |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

* 1. Os preços e o (s) particular (es) fornecedor (es) ora registrados decorrem da classificação final do procedimento licitatório sobredito, o qual foi processado em estrita vinculação aos critérios estabelecidos no instrumento convocatório de tal certame.
	2. O registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora deve seguir a sequência da classificação do certame;
	3. O registro a que se refere o inciso acima tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos [arts. 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art21).
	4. Nas contratações deverá ser respeitada a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços;
	5. Deverá ser divulgada no portal de compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata, o preço registrado com indicação dos fornecedores;
	6. O preço, o fornecedor e o item deverão ser publicados em forma de extrato, na imprensa oficial, bem como disponibilizados todos esses dados e ainda a especificação dos produtos ofertados pela empresa no sítio [Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC](https://sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf), da UFRN, endereço: http://www.sipac.ufrn.br.

## 3 – Das Condições de Fornecimento

1. Disposições relativas às Condições de Fornecimento.
	1. A UFRN, Órgão Gerenciador, representada pela Comissão Especial de Registro de Preços, será responsável pelos atos de controle e administração desta ata, decorrentes do presente pregão, e indicará sempre que solicitada pelo órgão usuário, respeitada a ordem de registro, os quantitativos a serem contratados, bem como o fornecedor para o qual será emitido o pedido.
	2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de execução dos fornecimentos estabelecidos nesta ata será indicado o segundo e, assim, sucessivamente, podendo ser indicados mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.
	3. A convocação do proponente pela UFRN, através da Comissão Especial de Registro de Preços, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que o proponente convocado deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.
	4. O proponente que, convocado na forma do subitem anterior, não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no presente edital e seus anexos.
	5. Quando comprovada uma dessas hipóteses, a UFRN poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade.
	6. A marca ofertada, vencedora da cotação, deverá ser a mesma empregada na realização dos fornecimentos previstos no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexo do presente edital, vedada a entrega de outra marca, ainda que similar.
	7. O proponente que não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no respectivo edital e seus anexos.

## 4 – Controle e Revisão de Preços

1. Disposições relativas ao Controle e Revisão de Preços.
	1. Durante a vigência da presente ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFRN promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea [“d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65).
	2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do Inciso II do art. 65 da [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm), a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o item da Ata e iniciar outro processo licitatório.
	3. Quando os preços registrados tornarem-se superiores aos praticados no mercado, por motivo superveniente, a UFRN convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços aos valores praticados no mercado.
		1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades.
		2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a ordem classificação original.
	4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a UFRN poderá:
2. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art19))
3. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art19))
	* 1. O referido pedido de fornecimento corresponde à Nota de Empenho – NE emitida em favor do fornecedor.
		2. A veracidade dos motivos só poderá ser comprovada mediante apresentação de comprovantes ou documentos idôneos, como Notas Fiscais de aquisição pelo fornecedor que demonstrem o desequilíbrio econômico-financeiro entre a época de realização do presente pregão e a apresentação dos motivos.
			1. As Notas fiscais devem refletir aquisições compatíveis com os quantitativos fornecidos parceladamente à UFRN.
	1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da presente ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. ([Dec. nº 7.892/2013, art. 19, Parágrafo único](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art19))
	2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização da licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
	3. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação dar-se-á pela ordem do registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na presente ata.

## 5 – Da Contratação

1. Disposições relativas à Contratação.
	1. A existência deste Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações dos itens do objeto desta ata, sendo-lhe facultada, caso entenda conveniente, a realização de procedimento específico para a sua execução, sendo, porém, assegurado ao beneficiário deste registro a preferência na execução, em igualdade de condições.

## 6 – Da Formalização da Contratação

1. Disposições relativas à Formalização da Contratação.
	1. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada por intermédio de emissão de Nota de Empenho de despesa.

## 7 – Do Cancelamento do Registro de Preços

1. Disposições relativas ao Cancelamento do Registro de Preços.
	1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados.
		1. O proponente terá o seu registro de preço cancelado na presente ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
		2. O cancelamento a pedido do proponente dar-se-á quando:
2. mediante solicitação por escrito, ele comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do presente edital e de seus anexos, tendo em vista a ocorrência de fato superveniente, desde que a justificativa constante da solicitação seja razoável e aceita pela Comissão Especial de Registro de Preços;
3. o preço registrado por ele tornar-se comprovadamente inexequível em função da elevação no mercado dos preços dos insumos que compõem o custo do produto/serviço objeto do presente edital.
	* 1. O cancelamento unilateral por iniciativa da UFRN dar-se-á quando:
4. o proponente não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste preço tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
5. o proponente sofrer sanção prevista nos incisos [III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art87iii), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm%22%20%5Cl%20%22art7), caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
6. o proponente registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
7. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
8. o proponente registrado não cumprir as obrigações decorrentes da presente ata, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
9. o proponente não formalizar contrato decorrente da presente ata ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;
10. o proponente não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da presente ata;
11. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na presente ata ou nos pedidos dela decorrentes;
12. o proponente deixar de executar total ou parcialmente o contrato relativo ao presente Registro de Preços;
13. o proponente der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste Registro de Preços.
	* 1. A comunicação do cancelamento de preços registrados, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será efetuada pessoalmente ou por correspondência com Aviso de Recebimento – AR, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem a presente ata.
		2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a UFRN, através da Comissão Especial de Registro de Preços, fará o devido apostilamento na presente ata e informará aos proponentes a nova ordem de registro, convocando os demais licitantes de acordo com a ordem de classificação original.
		3. A presente ata será cancelada automaticamente:
14. por decurso do prazo de vigência;
15. quando não restarem fornecedores registrados.
	* 1. A revogação da presente ata será publicada em forma de extrato no DOU – Seção III.

## 8 – Do Remanejamento

1. Disposições relativas ao Remanejamento.
	1. Na presente ata as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador (UFRN) entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços ([IN da SLTI/MPOG nº 6/2014](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-ndeg-6-de-25-de-julho-de-2014), art. 2º).
		1. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
		2. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos [§§ 3º e 4º do art. 22 do Dec. nº 7.892/2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm%22%20%5Cl%20%22art22).
		3. Caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.
		4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos de Estados ou Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
		5. A Administração poderá utilizar recursos de Tecnologia da Informação na operacionalização do disposto na supracitada Instrução Normativa e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.

## 9 – Das Partes Integrantes

1. Disposições relativas às Partes Integrantes.
	1. O ***Termo de Referência*** do presente pregão, **nº 6/2018**, constitui parte integrante da presente ata, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

## 10 – Do Foro

**10.1 –** Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o [art. 109, inciso I, da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm%22%20%5Cl%20%22art109i).

Comissão Especial

...............................................................................................

...............................................................................................

...............................................................................................

Empresas

...............................................................................................

...............................................................................................

...............................................................................................



|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

# Anexo III - Minuta do Contrato

Minuta do Contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** que entre si celebram a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE e a Empresa .......... ..........................................................................., nos termos do Pregão Eletrônico n° **6/2018**, para o fim que especifica.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN**, situada no Campus Universitário, Natal/RN, inscrita no **CNPJ** sob o nº **24.365.710/0001-83**, neste ato representada pela **Magnífica Reitora, Professora ANGELA MARIA PAIVA CRUZ, domiciliada nesta capital**, doravante denominada CONTRATANTE, e a **Empresa** --------------------------------------------------------------------------------------------------- estabelecida --------------------------------------------------------------------------------------------------------------------, nº ------------ na cidade --------------------------------------------------------------- no Estado ----------------------------------------------, inscrita no CNPJ nº -------------------------------------------, neste ato representada por ---------------------------------------------------------------------------------------------, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do pregão **eletrônico** nº **6/2018**, processo administrativo nº **23077.003544/2018-72**, em conformidade com as disposições estabelecidas na [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm) (alterada pelas Leis nos 8.883/1994 e 9.648/1998), [Lei nº 10.192/2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10192.htm), [LC n° 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm) e [Instrução Normativa nº 02/2008 da SLTI/MPOG](http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in02_30042008.htm), cuja minuta foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal Especializada da UFRN, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula 1ª – Do Objeto do Contrato

1. **Descrição**: **contratação de empresa especializada nos serviços de Poda e supressão de árvore, extração de tocos de árvores, fornecimento e plantio de grama e capinagem, com fornecimento de material,**  conforme especificado de forma detalhada no ***Termo de Referência*** e no ***Relatório de Itens do Objeto Licitados***, anexos do edital do presente pregão.

## Cláusula 2ª – Do Valor do Contrato

1. Pela execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de .......... (....................), em parcelas correspondentes aos itens do objeto efetivamente executados, conforme os termos de aceites definitivos emitidos.

## Cláusula 3ª – Da Dotação Orçamentária

1. Os recursos orçamentários para o pagamento da execução dos serviços objeto deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária detalhada a seguir, para o presente exercício, adequando-se a dotação orçamentária dos exercícios seguintes, nos casos de prorrogação de Contrato.
* PTRES:
* FONTE:
* ESFERA:
* ELEMENTO DE DESPESA:
* UNIDADE DE CUSTO:

## Cláusula 4ª – Das Condições de Pagamento

1. As disposições relativas às condições de pagamento estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 5ª – Dos Juros Moratórios

1. As disposições relativas aos juros moratórios estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 6ª – Da Vigência do Contrato

1. A vigência deste Contrato é de **12 (doze) meses contados da data de sua assinatura**, ficando sua duração adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.

## Cláusula 7ª – Da Prorrogação do Contrato

1. Admitir-se-á prorrogação deste Contrato, a critério da CONTRATANTE, por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto no [inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art57).

## Cláusula 8ª – Da Revisão dos Preços

1. Por acordo entre as partes, os preços dos itens do objeto deste contrato poderão ser revistos, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da CONTRATADA, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto na alínea [“d” do inciso II do](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65) *[caput](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65)* [do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65).

## Cláusula 9ª – Do Reajuste dos Preços

1. Cláusula relativa ao reajuste dos preços.
	1. Os preços dos serviços/produtos objeto deste Contrato, desde que observado o **interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido**, poderão ser reajustados, para mais ou para menos, utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

R = (I – I0) **.** P

Onde:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I0 = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta (para o primeiro reajuste) ou índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado (para os reajustes subsequentes);

P = preço dos serviços/produtos atualizado.

* 1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.
		1. Se a CONTRATADA não solicitar tempestivamente o reajuste e prorrogar o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

## Cláusula 10ª – Dos Acréscimos e Supressões

1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços objeto deste Contrato, **até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, conforme disposto no [§ 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art65%C2%A71).

## Cláusula 11 – Da Execução Dos Serviços

1. As disposições relativas à execução do objeto deste contrato estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 12 – Da Garantia e Assistência Técnica

1. As disposições relativas à garantia e à assistência técnica do objeto deste contrato estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 13 – Da Entrega e do Recebimento

1. As disposições relativas à entrega e ao recebimento do objeto deste contrato estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 14 – Do Resultado Esperado

1. As disposições relativas ao resultado esperado da execução objeto deste contrato estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 15 – Da Fiscalização e Controle

1. As disposições relativas à fiscalização e ao controle da execução objeto deste contrato estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 16 – Das Obrigações da CONTRATANTE

1. As disposições relativas às obrigações da CONTRATANTE estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 17 – Das Obrigações da CONTRATADA

1. As disposições relativas às obrigações da CONTRATADA estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 18 – Das Sanções Administrativas

1. As disposições relativas às sanções administrativas estão definidas no ***Termo de Referência*** do presente pregão.

## Cláusula 19 – Da Inexecução e Rescisão do Contrato

1. A inexecução e rescisão deste contrato obedecerão ao disposto na **Seção V – Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos**, do **Capítulo III – DOS CONTRATOS**, da [Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art77), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no ***Termo de Referência*** do presente edital.

## Cláusula 20 – Da Vinculação ao Edital

1. Fica estabelecida a vinculação integral deste Contrato ao edital do presente pregão, e aos seus anexos, conforme o inciso [XI do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art55).

## Cláusula 21 – Da Manutenção de Habilitação

1. Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante a execução deste Contrato e, se houver, durante seus aditamentos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório de que resultou o presente contrato, conforme o [artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art55).

## Cláusula 22 – Da Publicação

1. A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do contrato ou seus aditamentos no Diário Oficial da União, por ser condição indispensável para sua eficácia, **até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data**, com ônus para CONTRATANTE, ou sem ônus, consoante a [Lei nº 8.666/1993, art. 61, parágrafo único](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm%22%20%5Cl%20%22art61).

## Cláusula 23 – Das Partes Integrantes

1. O ***Termo de Referência*** do presente pregão, **nº 6/2018**, constitui parte integrante do presente contrato, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

## Cláusula 24 – Do Foro

**24.1** Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte para nele dirimirem-se dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o [art. 109, inciso I, da Constituição Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm%22%20%5Cl%20%22art109i).

E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Natal (RN), ..... de .................... de 2018

...........................................................................

CONTRATANTE

 ...........................................................................

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.............................................................................................

CPF: ID:

.............................................................................................

CPF: ID:



|  |
| --- |
| MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOUNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTEPRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃODIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO |

Pregão ELETRÔNICO Nº 6/2018 – Sistema De Registro De Preços

Processo Administrativo Nº 23077.003544/2018-72

# Anexo IV – Relatório de Itens do Objeto Licitados

|  |  |
| --- | --- |
| **Licitação:** | 23077.003544/2018-72 - PR 6/2018 - UFRN |
| **Gestora:** | 1100 - UFRN |
| **Assunto:** | (PREGÃO ELETRÔNICO SISRP - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORE, EXTRAÇÃO DE TOCOS E ÁRVORES PODRES, REPLANTIO/PLANTIO DE MUDAS E CAPINAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA ATENDER DEMANDAS DA UFRN PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES) |
| **Tipo:** | MATERIAIS E SERVIÇOS GERAIS |
|  |
| **Item**   | **Especificação do Material** | **Unid.** | **Quant.Interna** | **Quant.Externa** | **Quant.Total** |
| Emitido em 25/01/2018 10:17 |
| **LOTE/GRUPO 1: SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORE, EXTRAÇÃO DE TOCOS E ÁRVORES PODRES, REPLANTIO/PLANTIO DE MUDAS E CAPINAGEM** |
|   |
| **1**   | **303100011449** | **AQUISIÇÃO DE GRAMA TIPO ESMERALDA** | M² | 10000 | 0 | 10000 |
|   | -Contratação de empresa para fornecimento de gramas. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 10000 |
|   |
| **2**   | **3978000000010** | **CAPINAGEM - LIMPEZA DE ÁREA** | M² | 10000 | 0 | 10000 |
|   | Capinagem - limpeza de área, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 10000 |
|   |
| **3**   | **3978000000008** | **EXTRAÇÃO DE TOCOS E ÁRVORES** | UNIDADE | 100 | 0 | 100 |
|   | Extração de tocos de árvores com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, aterro da vala e bota-fora do material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 100 |
|   |
| **4**   | **3916000000737** | **FORNECIMENTO E PLANTIO DE GRAMA, TIPO ESMERALDA.** | M² | 5000 | 0 | 5000 |
|   | Fornecimento e plantio de grama tipo esmeralda, em placas, inclusive com preparação do terreno e fornecimento de todos os materiais/insumos necessários ao serviço. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 5000 |
|   |
| **5**   | **3978000000048** | **PODA DE ÁRVORES, REALIZADAS EM ALTURAS VARIANDO DE 0 A 10 METROS.** | UN | 750 | 0 | 750 |
|   | Poda de árvores, realizadas em alturas variando de 0 a 10 metros, desde que haja corte em altura superior a 5 metros, com fornecimento de todo o material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 750 |
|   |
| **6**   | **3978000000047** | **PODA DE ÁRVORES, REALIZADAS EM ALTURAS VARIANDO DE 0 A 5 METROS,** | UN | 1000 | 0 | 1000 |
|   | Poda de árvores, realizadas em alturas variando de 0 a 5 metros, desde que haja corte em altura superior a 3 metros, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 1000 |
|   |
| **7**   | **3978000000049** | **PODA DE ÁRVORES, REALIZADAS EM ALTURAS VARIANDO DE 0 METRO AO LIMITE DA COPA DA ÁRVORE.** | UN | 500 | 0 | 500 |
|   | Poda de árvores, realizadas em alturas variando de 0 metro ao limite da copa da árvore, desde que haja corte em altura superior a 10 metros, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 500 |
|   |
| **8**   | **3978000000046** | **SUPRESSÃO DE ÁRVORES DE ALTURA ACIMA DE 10 METROS** | UNIDADE | 50 | 0 | 50 |
|   | Supressão de árvores de altura acima de 10 metros, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 50 |
|   |
| **9**   | **3978000000044** | **SUPRESSÃO DE ÁRVORES DE ALTURA VARIANDO DE 0 A 5 METROS** | UNIDADE | 50 | 0 | 50 |
|   | Supressão de árvores de altura variando de 0 a 5 metros, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 50 |
|   |
| **10**   | **3978000000045** | **SUPRESSÃO DE ÁRVORES DE ALTURA VARIANDO DE 5 A 10 METROS** | UNIDADE | 50 | 0 | 50 |
|   | Supressão de árvores de altura variando de 5 a 10 metros, com fornecimento de todo material necessário para a realização dos serviços, inclusive bota-fora de todo material resultante (de acordo com a conveniência da UFRN) e comprovante da destinação final dos resíduos. |
|   | **Quant. Int.** |
|   | 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE | 50 |